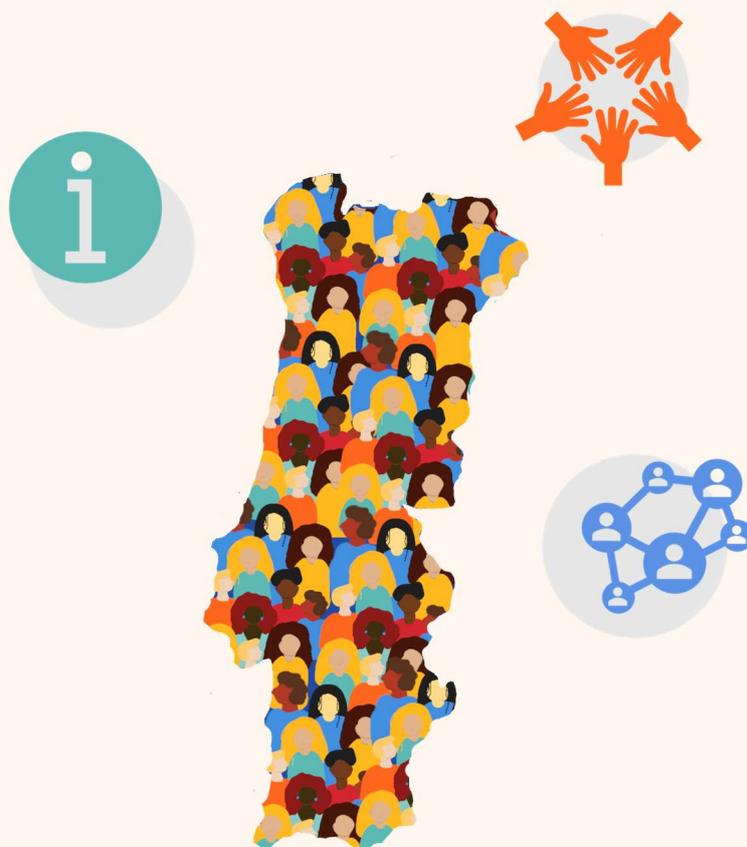


RELATÓRIO

2022

Auscultação da sociedade civil no que diz respeito ao envolvimento com o Pacto Global para as Migrações



CONTEÚDO

PÁGINA TEMAS

3	ENQUADRAMENTO
4	NOTAS METODOLÓGICAS
5	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA
9	ENVOLVIMENTO COM O PLANO
10	CONTRIBUTOS PARA OS OBJETIVOS DO PLANO
15	PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO
24	CONCLUSÕES
25	RECOMENDAÇÕES
26	ANEXO - QUESTIONÁRIO

ENQUADRAMENTO

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) solicitou à Organização Internacional para as Migrações (OIM) apoio no seu plano de envolvimento da sociedade civil na implementação do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações (PNIPGM).

Nesse âmbito, a OIM desenhou um questionário que visava apurar para que objetivos do Pacto Global para as Migrações (PGM) contribuem as entidades que responderam ao questionário, compreender o nível de envolvimento e conhecimento dos objetivos do PGM e recolher contributos que possam auxiliar os decisores políticos numa eventual revisão do PNIPGM. De um modo mais concreto, estes contributos visam capturar os seguintes aspetos:

- o Sugestões/recomendações para a melhoria da execução dos objetivos previstos no PNIPGM;
- o Feedback relativamente aos processos de implementação em curso;
- o Propostas de melhoria a serem consideradas aquando da preparação de um processo de revisão do PNIPGM;
- o Sinalização de constrangimentos persistentes e dificuldades sentidas pelas entidades da sociedade civil no âmbito dos domínios de atuação do PNIPGM.

NOTAS METODOLÓGICAS

A metodologia utilizada para a recolha de informação consistiu na elaboração e preenchimento de um questionário (em Anexo) que foi disseminado pelo ACM junto de diversas entidades e respondido de forma anónima. Esta opção foi considerada a mais viável devido ao curto espaço de tempo para implementar a atividade e à ausência de financiamento específico para a realização da auscultação. Deste modo, a amostra é limitada a um leque restrito de entidades e inclui autarquias, que não podem ser definidas como sociedade civil.

Por outro lado, o recurso a inquérito por questionário permite recolher com algum rigor os dados relativos a questões relacionadas com a satisfação/lacunas/recomendações, sendo menos satisfatório no levantamento objetivo dos contributos das entidades para os objetivos do PGM, por 2 motivos principais: um parco conhecimento do PNIPGM pelas entidades; e um elevado número de respostas que não permitem uma fácil validação, por serem muito gerais ou por estarem desenquadradas do objetivo mais adequado.¹

¹ A OIM verificou, por exemplo, que algumas entidades introduziram respostas a um objetivo que se adequariam melhor a outro objetivo.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Responderam ao questionário representantes de 49 entidades, sendo 11 destas, autarquias e as restantes 38 entidades do terceiro setor, na sua maioria Associações de Imigrantes e seus descendentes ou associações de pessoas refugiadas (45% do total).

Figura 1 – Tipo de entidades inquiridas



A maioria das entidades inquiridas (63%) integram a Rede CLAIM (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes), sendo que a totalidade das autarquias respondentes integra a Rede CLAIM (Quadro 1).

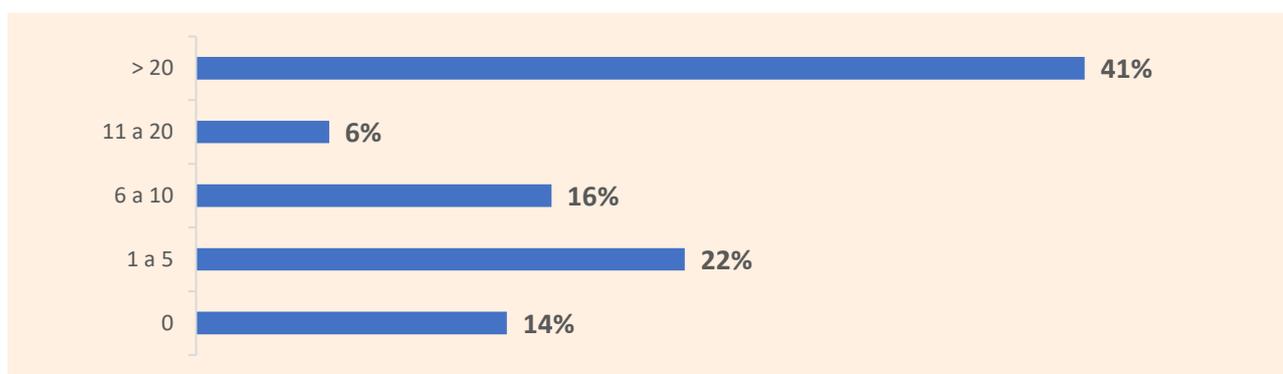
Quadro 1 – Membros da Rede CLAIM por natureza institucional

	Total	Membro da Rede CLAIM	
		Sim	Não
Total	49	31	18
Associação de Imigrantes e seus descendentes ou de pessoas refugiadas	22	12	10
Outra Organização Sem Fins Lucrativos	11	5	6
Autarquia	11	11	0
Organização de cariz religioso	2	2	0
Associação juvenil	1	1	0
Outros	2	0	2

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

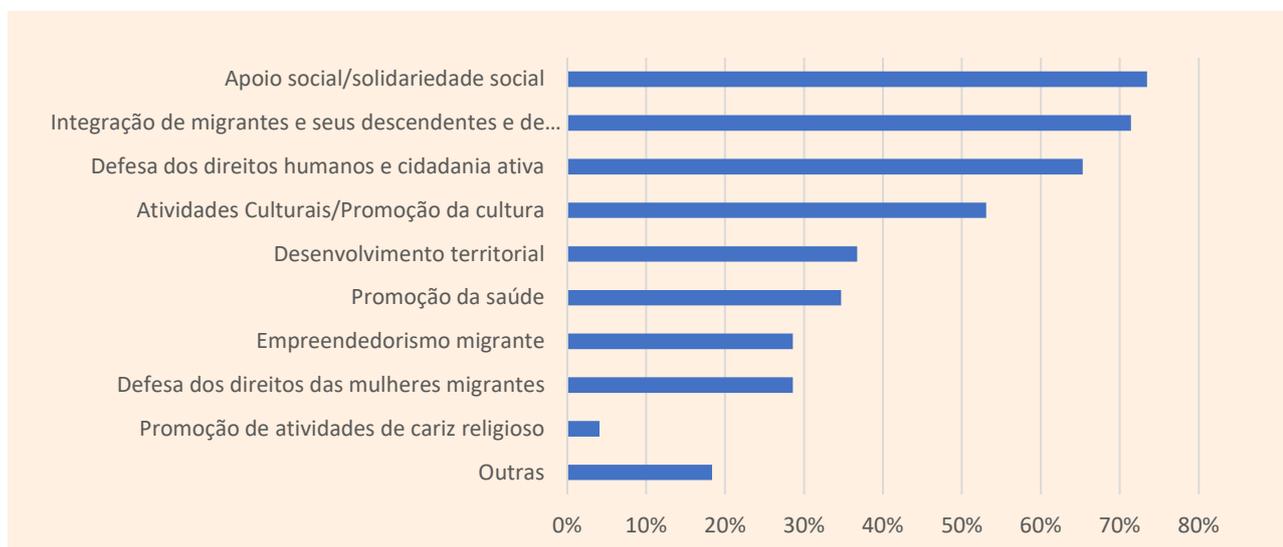
No que respeita ao número de pessoas profissionais remuneradas, uma parte significativa (41%) das entidades inquiridas emprega mais de 20 pessoas profissionais remuneradas (na sua maioria autarquias). A totalidade das entidades que funcionam totalmente em regime não remunerado correspondem a Associações de Imigrantes ou outro tipo de organização sem fins lucrativos.

Figura 2 – Número de pessoas profissionais remuneradas da entidade respondente



No que diz respeito às áreas de atuação das entidades inquiridas, as áreas de maior expressão são o apoio social/solidariedade social (73%), a integração de migrantes e seus descendentes e/ou de pessoas refugiadas (71%), e a defesa dos direitos humanos e cidadania ativa (65%).

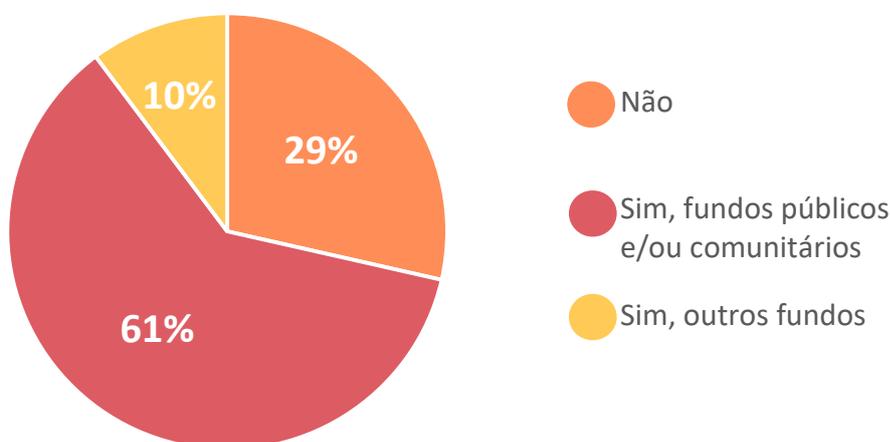
Figura 3 – Áreas de atuação da entidade respondente



CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A maioria (71%) das entidades inquiridas afirmou ter em implementação projetos financiados por entidades externas. Paralelamente, 11 das 14 entidades que afirmaram não ter projetos financiados são Associações de Imigrantes (9) ou outras organizações sem fins lucrativos (2).

Figura 4 – Entidade a implementar projetos financiados por entidades externas



A amostra compreendeu 46 entidades localizadas em 13 distritos do território continental e 1 entidade localizada na Região Autónoma dos Açores. Cerca de metade (55%) das entidades respondentes localizam-se no distrito de Lisboa, e uma porção significativa (10%) no distrito de Faro.

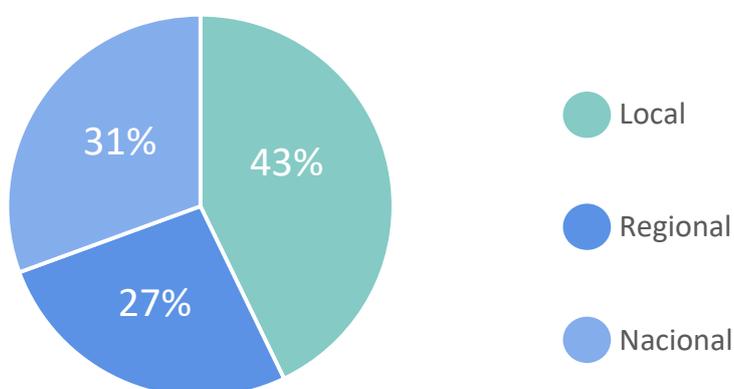
Quadro 2 – Localização das entidades respondentes (por distrito)

Distrito	Nº	%
Lisboa	27	55%
Faro	5	10%
Bragança	2	4%
Coimbra	2	4%
Setúbal	2	4%
Beja	1	2%
Braga	1	2%
Leiria	1	2%
Porto	1	2%
R. A. Açores	1	2%
Santarém	1	2%
Viana do Castelo	1	2%
Vila Real	1	2%
Viseu	1	2%
Ns/Nr/Na	2	4%

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

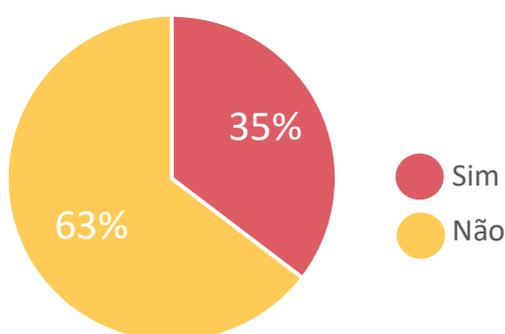
A maioria das entidades respondentes (58%) indicou que o âmbito territorial de atuação da sua entidade ultrapassava a escala local, sendo de âmbito regional ou nacional. Este valor é ainda mais expressivo se considerarmos que 10 das 21 entidades que afirmaram atuar à escala local são autarquias.

Figura 5 – Âmbito territorial de atuação da entidade respondente



A maioria das entidades (63%) indicou desenvolver atividades num município que atualmente não promove um Plano Municipal de Integração de Migrantes (PMIM). Não obstante, sublinhe-se que esta apreciação pelas entidades respondentes é subjetiva, podendo existir casos de desconhecimento do PMIM pelos/as respondentes.

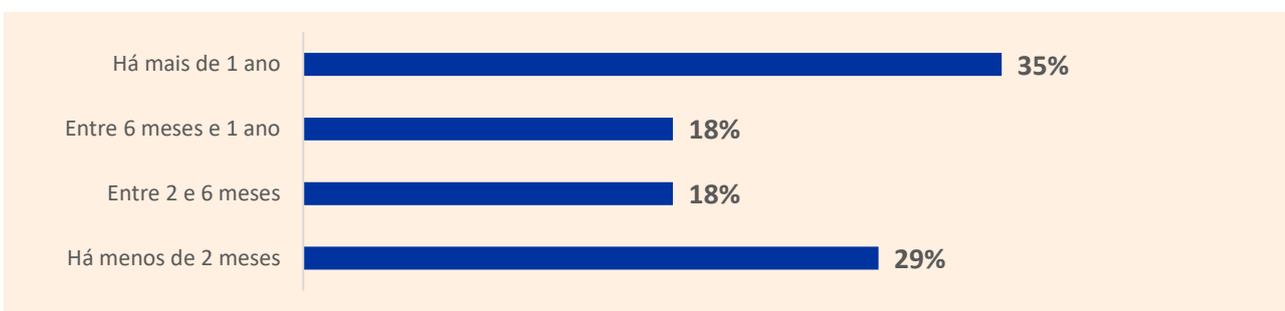
Figura 6 – A entidade que representa desenvolve atividades num município que promove atualmente um Plano Municipal de Integração de Migrantes



ENVOLVIMENTO DAS ENTIDADES COM O PLANO

À data do preenchimento do questionário, cerca de metade (49%) das entidades inquiridas afirmou ter tido conhecimento do PNIPGM há menos de 6 meses, sendo que 29% afirmou ter tido conhecimento há menos de 2 meses.

Figura 7 – “Quando teve conhecimento do PNIPGM?”



No que respeita ao meio pelo qual as entidades tomaram conhecimento do PNIPGM, 32 das 49 entidades selecionaram apenas 1 das respostas possíveis, e as restantes 17 mais de uma opção possível. A maioria das entidades respondentes (53%) identificou a apresentação do PNIPGM pelo ACM I.P. como um dos meios de conhecimento do PNIPGM. Não obstante, cerca de 39% indicou ter tomado conhecimento do PNIPGM através do convite para o preenchimento do questionário de avaliação do mesmo.

Figura 8 – Meio de conhecimento do PNIPGM



CONTRIBUTOS DAS ENTIDADES PARA OS OBJETIVOS DO PLANO

Quadro 3 – Contributos das entidades para os objetivos do plano

Objetivos	Entidades inquiridas que afirmam contribuir para o objetivo (%)	Entidades que listam atividades que contribuem para o objetivo (%)	Atividades mais referidas
1 “Recolher e utilizar informação precisa e discriminada para definição de políticas assentes em dados concretos”	65,3%	28,6%	Atividades relacionadas com diagnósticos e políticas locais, por exemplo planos municipais para a integração de migrantes.
2 “Minimizar os fatores adversos e estruturais que forçam as pessoas a abandonar o seu país de origem”	30,6%	6,1%	Ações relativas a apoio/parcerias com os países de origem.
3 “Providenciar informação rigorosa e atualizada em todas as etapas de migração”	63,3%	55,1%	Atendimento e apoio direto a migrantes; Criação e divulgação de documentos informativos; Ações de formação, esclarecimento e sensibilização.
4 “Assegurar que todos os migrantes dispõem de prova de identidade legal e documentação adequada”	73,5%	46,9%	Apoio no processo de regularização; Apoio no processo de obtenção de documentos
5 “Aumentar a disponibilidade e a flexibilidade de rotas para migração regular”	20,4%	8,2%	Ações que visam influenciar a elaboração de leis e políticas públicas.
6 “Facilitar o recrutamento justo e ético e salvaguardar condições que garantam um trabalho digno”	44,9%	40,8%	Ações de sensibilização e formação.

CONTRIBUTOS PARA OS OBJETIVOS DO PLANO

Objetivos	Entidades inquiridas que afirmam contribuir para o objetivo (%)	Entidades que listam atividades que contribuem para o objetivo (%)	Atividades mais referidas
7 “Enfrentar e reduzir vulnerabilidades na migração”	67,3%	51,0%	Atividades de apoio direto à pessoa migrante nas situações de regularização, questões sociais, procura de emprego, questões jurídicas, sinalização e encaminhamentos e prestação de informação sobre direitos.
8 “Salvar vidas e empreender esforços internacionais coordenados relativamente a migrantes desaparecidos”	8,2%	0	Não foram listados contributos relevantes.
9 “Reforçar a resposta transnacional ao auxílio à imigração ilegal”	10,2%	6,1%	Ações de informação, sensibilização.
10 “Prevenir, combater e erradicar o tráfico de pessoas no contexto da migração internacional”	34,7%	26,5%	Divulgação de informação e sensibilização e cooperação com entidades parceiras.
11 “Gerir fronteiras de forma integrada, segura e coordenada”	6,1%	2,0%	Divulgação de recomendações.

CONTRIBUTOS PARA OS OBJETIVOS DO PLANO

Objetivos	Entidades inquiridas que afirmam contribuir para o objetivo (%)	Entidades que listam atividades que contribuem para o objetivo (%)	Atividades mais referidas
12 “Reforçar a segurança e previsibilidade na triagem, avaliação e encaminhamento de processos de migração”	22,4%	10,2%	Atividades de apoio social.
13 “Recorrer à detenção de migrantes apenas como medida de último recurso e trabalhar no sentido de encontrar medidas alternativas”	22,4%	18,4%	Campanhas de informação junto de migrantes.
14 “Reforçar a proteção, assistência e cooperação consulares ao longo do ciclo migratório”	16,3%	12,2%	Cooperação/articulação com serviços consulares portugueses,
15 “Providenciar o acesso a serviços básicos aos migrantes”	77,6%	73,5%	Aconselhamento e apoio a migrantes para acesso a serviços básicos relevantes para questões de saúde, apoios sociais, mercado laboral.
16 “Capacitar os migrantes e as sociedades para alcançar uma inclusão e coesão social plenas”	87,8%	81,6%	Ações de formação e capacitação; Divulgação de informação e sensibilização (direcionada para migrantes e entidades); Promoção de atividades de interculturalidade.

CONTRIBUTOS PARA OS OBJETIVOS DO PLANO

	Objetivos	Entidades inquiridas que afirmam contribuir para o objetivo (%)	Entidades que listam atividades que contribuem para o objetivo (%)	Atividades mais referidas
17	“Eliminar todas as formas de discriminação e promover um discurso público baseado em factos concretos na construção de perceções acerca da migração”	73,5%	57,1%	Ações de informação/formação/sensibilização; Ações de promoção da igualdade/inclusão/não discriminação.
18	“Investir no desenvolvimento de competências e facilitar o reconhecimento mútuo de aptidões, qualificações e capacidades”	57,1%	40,8%	Atividades de informação a migrantes sobre o processo de reconhecimento de habilitações.
19	“Criar condições para que os migrantes e as diásporas contribuam plenamente para o desenvolvimento sustentável em todos os países”	26,5%	16,3%	Cooperação com embaixadas e países de origem.
20	“Promover uma transferência de remessas mais rápida, segura e económica, e fomentar a inclusão financeira dos migrantes”	12,2%	4,1%	Apoio no acesso ao mercado de trabalho e ao empreendedorismo.

CONTRIBUTOS PARA OS OBJETIVOS DO PLANO

Objetivos	Entidades inquiridas que afirmam contribuir para o objetivo (%)	Entidades que listam atividades que contribuem para o objetivo (%)	Atividades mais referidas
21 “Cooperar para uma facilitação do regresso e readmissão, seguros e dignos, e para uma reintegração sustentável”	20,4%	12,2%	Apoio no programa de retorno voluntário.
22 “Estabelecer mecanismos para a portabilidade dos direitos à segurança social e dos benefícios adquiridos”	42,9%	24,5%	Articulação entre entidades.
23 “Fortalecer a cooperação internacional e as parcerias globais para a migração segura, organizada e regular”	14,3%	8,2%	Atividades relacionadas com coordenação/articulação com organizações internacionais ou instituições supranacionais.

PERCEÇÕES GERAIS DAS ENTIDADES SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Aspetos positivos associados à definição dos objetivos do PGM

No universo de respostas referente à pergunta sobre lacunas e falhas associadas do PNIPGM verifica-se que 45 entidades (92% da amostra) identificam aspetos positivos no plano. Os principais assuntos referenciados pelas entidades (ver Quadro 1) mencionam i) o reforço de uma visão comum face às migrações, na partilha de objetivos (questão abordada por 37% das entidades), ii) a transversalidade e perspetiva sistémica associada ao plano, destacando-se a coordenação de esforços e a uniformização de processos, iii) a promoção de direitos e qualidade de vida dos migrantes; iv) a promoção da integração do migrantes e v) a visibilidade do tema da imigração.

Quadro 4 - Aspetos positivos associadas à definição dos objetivos do PGM

	Percentagem de entidades inquiridas que referenciaram o assunto (N=49) (%)
Investimento numa visão internacional comum face às migrações.	36,6
Transversalidade e perspetiva sistémica e coordenação de esforços e uniformização de processos	22,4
Promoção de direitos e qualidade de vida dos migrantes	22,4
Promoção de Integração dos migrantes	12,2
Visibilidade do tema da migração	10,2

PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Lacunas ou falhas associadas à definição dos objetivos do PGM

No universo de respostas referente à pergunta sobre lacunas e falhas associadas do PNIPGM, verifica-se que 29 entidades (59% da amostra) apontam lacunas ao plano. Os temas que se destacam remetem para: i) a burocracia e serviços de atendimento à população migrante (referenciados por 16% da amostra). A título de exemplo, menciona-se o funcionamento do serviço do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e serviços documentais, chamando a atenção para a falta de medidas no sentido da melhoria destes serviços (tempos de espera, qualidade do atendimento, desburocratização dos processos); ii) o formato, conteúdo e aplicabilidade do Plano (referenciado por 14% da amostra), incluindo questões relativas à longa extensão do documento, diagnóstico, ausência de monitorização da sua execução, indefinição dos objetivos e desfasamento face à realidade; iii) a ausência de força vinculativa do Pacto e iv) a necessidade de implementação de melhorias em medidas específicas de apoio à integração das comunidades migrantes. Cada um destes assuntos foi referenciado por 10% da amostra.

PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Lacunas ou falhas associadas à definição dos objetivos do PGM

São ainda apontadas: v) deficiências no processo de divulgação do plano e envolvimento da sociedade civil e vi) ausência de participação e representatividade do público-alvo.

Quadro 5 - Lacunas ou falhas associadas à definição dos objetivos do PGM

	Percentagem de entidades inquiridas que referenciaram o assunto (N=49) (%)
Questões relacionadas com burocracia e funcionamento dos serviços	16,3
Questões relacionadas com o formato, conteúdo e aplicabilidade do plano	14,3
Necessidade de implementação de melhorias em medidas específicas de apoio à integração dos migrantes	10,2
Carácter não vinculativo do PGM	10,2
Processo de divulgação do plano e envolvimento da sociedade civil	8,2
Ausência de participação e representatividade do público-alvo	6,1

PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Medidas positivas e com impacto associado à execução nacional dos objetivos do PGM

No universo de respostas referente à pergunta sobre medidas positivas e com impacto associado à execução nacional dos objetivos do PGM, 35 entidades (71,4% da amostra) manifestam o seu agrado quando à existência do Plano. As respostas são, no geral, demasiado vagas não permitindo compreender se algumas das medidas do plano têm especial impacto, na visão das entidades inquiridas. Contudo, 29% das entidades referem como positivas as medidas de apoio à integração de pessoas migrantes e impactos na melhoria das condições de vida destas populações. Paralelamente, 20% das entidades destacam a relevância da difusão do tema das migrações e a melhoria no acesso à informação.

Quadro 6 - Medidas positivas e com impacto associado à execução nacional dos objetivos do PGM

	Percentagem de entidades inquiridas que referenciaram o assunto (N=49) (%)
Medidas de apoio à integração dos migrantes/melhoria das condições de vida	28,6
Difusão de questões relacionadas com a migração e melhoria no acesso à informação	20,4
Processo/abordagem/conteúdo do Plano	8,2
Outras (diversas)	16,3

PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Dificuldades ou obstáculos associados à execução nacional dos objetivos do PGM

No universo de respostas referente à questão relativa a dificuldades e obstáculos associados à execução nacional dos objetivos do PGM, verifica-se que 35 entidades (73% da amostra) identificam dificuldades ou obstáculos, algumas delas redundantes relativamente às lacunas ou falhas identificadas anteriormente. Verificam-se respostas associadas não apenas à execução do Plano per si, mas também relativas aos processos de construção do Plano.

Relativamente às dificuldades de execução, destacam-se: i) dificuldades ao nível da articulação institucional necessária para a sua prossecução, identificado por um conjunto significativo de entidades; ii) perceção de processos demasiado burocráticos que dificultam a agilização das respostas; iii) dificuldades de aplicabilidade relacionados com a transposição do Plano para as práticas quotidianas; e também iv) alguma resistência e/ou desvalorização institucional na implementação do Plano.

PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Relativamente às dificuldades associadas à construção do Plano destaca-se: i) o parco envolvimento da sociedade civil e de comunidades migrantes; e ii) questões associadas à estrutura do Plano, nomeadamente por ser demasiado extenso e não incluir a definição de metas, o que influencia a capacidade de aplicabilidade.

Quadro 7 - Dificuldades ou obstáculos associados à execução nacional dos objetivos do PGM

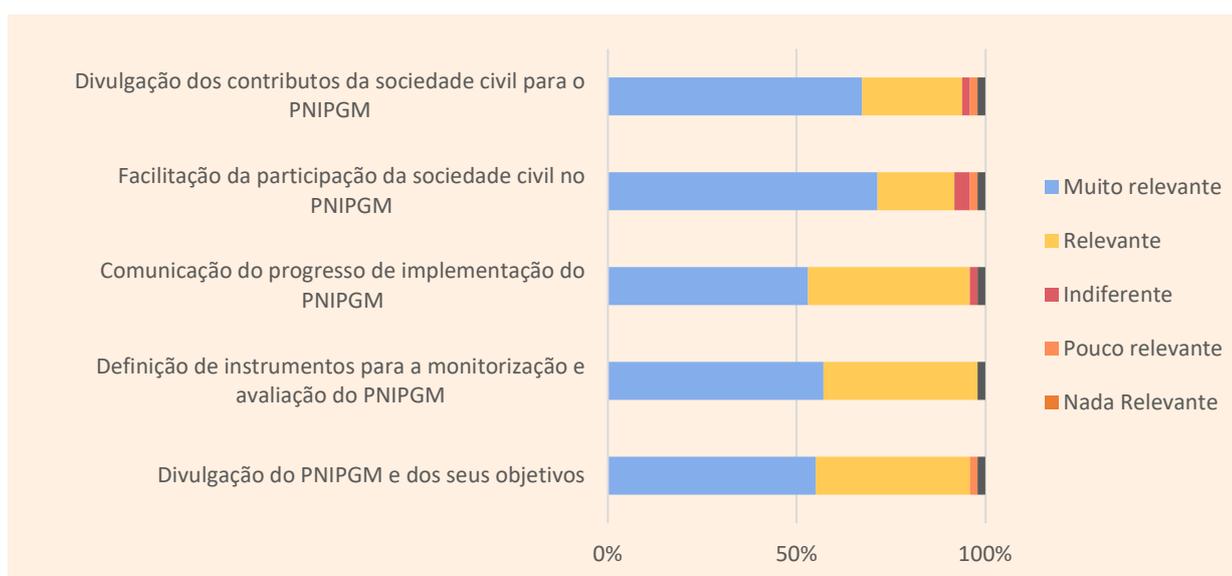
	Percentagem de entidades inquiridas que referenciaram o assunto (N=49) (%)
Parcerias/articulação institucional	24.5
Burocracia/agilização	16.3
Pouca divulgação +Resistência/desconhecimento	14.3
Aplicabilidade das políticas	8.2
Parca participação	8.2
Pandemia	6.1
Estrutura plano	6.1
Questões culturais	4.1
outros	4.1

PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Recomendações das entidades inquiridas

A grande maioria das entidades inquiridas avaliou como relevante ou muito relevante todas as opções propostas para a melhoria do PNIPGM e da sua implementação (figura 9).

Figura 9 - Classifique a seguinte lista de sugestões por grau de relevância, tendo em vista a melhoria do PNIPGM e da sua implementação



Cerca de 75% das entidades indicaram recomendações ou sugestões complementares consideradas válidas para a melhoria da produção e/ou implementação de futuros documentos estratégicos. Estes contributos enquadram-se essencialmente em 4 domínios principais: i) mecanismos de governança, articulação institucional e atores envolvidos nas várias fases; ii) características do Plano; iii) divulgação do Plano; e iv) implementação do Plano.

PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Quadro 8. Recomendações das entidades inquiridas tendo em vista a produção e melhor implementação de futuros documentos estratégicos

	Percentagem de entidades inquiridas que referenciaram o assunto (N=49)
Promover maior envolvimento de organizações da sociedade civil e migrantes	24%
Melhorar articulação interinstitucional	14%
Melhorar divulgação do Plano	14%
Melhorar mecanismos de monitorização do Plano	10%
Taskforce/grupos de trabalho	8%
Documento mais conciso/concreto/aplicado	8%
Promover entrosamento entre comunidades migrantes e comunidades autóctones	4%
Melhorar condições de financiamento	4%

A recomendação indicada mais frequentemente, por cerca de 24% das entidades, refere-se a um envolvimento mais ativo e efetivo de organizações da sociedade civil e das comunidades de migrantes nas várias fases do Plano (conceção, implementação, monitorização, avaliação). Ainda relacionado com este domínio, cerca de 14% das entidades referem a necessidade de melhorar a articulação interinstitucional, percecionada como essencial para a prossecução de diversos objetivos, e também melhorar a articulação inter-escalas (nomeadamente entre as escalas nacional e escala local). Ainda neste âmbito, cerca de 10% das entidades sugerem melhorias nos mecanismos de monitorização da implementação do Plano, nomeadamente pela criação de *taskforces* ou grupos de trabalho multidisciplinares e inter-institucionais, no sentido de operarem como observatórios do PNIPGM.

PERCEÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO: CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Uma parte significativa das entidades (14%) identificou também a necessidade de melhorias na divulgação do Plano, tanto junto de instituições públicas e organizações da sociedade civil, como junto do setor privado.

Algumas entidades (8%) recomendam que, por um lado, o PNIPGM seja mais conciso e focado, nomeadamente pela introdução de metas mais concretas a alcançar e instrumentos de apoio à sua implementação; e, por outro, sugere-se que seja um documento capaz de acautelar a constante adaptabilidade dos contextos migratórios.

Finalmente, e a um nível de abordagem, algumas entidades (4%) sugerem que o PNIPGM considere uma abordagem intercultural, no sentido de promover maior entrosamento entre as comunidades migrantes e as comunidades autóctones, em oposição à sua fragmentação.

CONCLUSÕES

As conclusões que aqui se apresentam, centram-se nas perceções da OIM no âmbito da análise de dados realizada e das suas limitações conforme enunciadas na secção 2.

- De acordo com a informação transmitida pelo ACM, o número de respostas obtidas equivale a cerca de $\frac{1}{4}$ das entidades convidadas a responder ao estudo. Ademais verifica-se que a maioria das respostas é proveniente da região de Lisboa e Vale do Tejo, o que limita a representatividade de outros territórios;
- Verifica-se pelas respostas da amostra que o conhecimento e envolvimento com o PGM por parte da sociedade civil é parco, o que por sua vez limita a capacidade da sociedade civil contribuir para os objetivos do Pacto e para reportar com exatidão para que objetivos contribui;
- As respostas da amostra relativas aos contributos específicos para os objetivos do PGM são, na maioria das vezes, vagas e pouco precisas. Esta situação poderá em futuras avaliações ser mitigada mediante a utilização de instrumentos que permitam uma análise mais aprofundada, como entrevistas ou focus groups, através dos quais é possível enquadrar e explorar as respostas, permitindo uma melhor identificação dos objetivos para os quais cada entidade contribui.

RECOMENDAÇÕES

Face aos resultados obtidos e pautada pelos princípios do PGM, nomeadamente o envolvimento de toda a sociedade na implementação do Pacto, a OIM recomenda o seguinte:

- Utilizar os resultados deste exercício para informar a elaboração de um plano de envolvimento da sociedade civil na implementação do PGM com a necessária robustez, que permita uma maior abrangência territorial e de mais entidades, uma maior disseminação e consciencialização sobre o que se pretende alcançar com o PGM;
- Envolver ativamente organizações de base local e migrantes nas diversas fases de conceção, monitorização e avaliação do PNIPGM, nomeadamente através da criação de estruturas de governança, com papéis bem definidos, assegurando recursos financeiros e humanos para esse fim, e garantindo que esse envolvimento não é afetado por barreiras linguísticas;
- Envolver o poder local e a sociedade civil não só na conceção do PNIPGM mas também como atores ativos na implementação de medidas específicas;
- Promover um estudo de avaliação final externa, cuja metodologia ultrapasse as limitações verificadas na presente avaliação, como por exemplo, através da realização de entrevistas a uma amostra de entidades de forma a debelar a dependência da subjetividade do “self-report”, e a tornar a avaliação dos contributos das entidades para a prossecução do Plano mais objetiva.

ANEXO - QUESTIONÁRIO

A - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1. Selecione a opção que se adequa à natureza da sua entidade:

- Associação de Imigrantes e seus descendentes ou de pessoas refugiadas
- Associação de Estudantes
- Organização de cariz religioso
- Associação Juvenil
- Outra Organização Sem Fins Lucrativos
- Outra. Qual? [opção de texto obrigatória]

2. A entidade que representa pertence à Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (Rede CLAIM)?

- Sim
- Não

3. Quais as principais áreas de atuação da entidade que representa? (selecione todas as áreas aplicáveis)

- Defesa dos direitos humanos e cidadania ativa
- Desenvolvimento territorial
- Apoio social/solidariedade social
- Atividades Culturais/Promoção da cultura
- Empreendedorismo migrante
- Integração de migrantes e seus descendentes e de pessoas refugiadas
- Defesa dos direitos das mulheres migrantes
- Promoção da saúde
- Promoção de atividades de cariz religioso
- Outras áreas. Quais? [opção de texto obrigatória]

ANEXO - QUESTIONÁRIO

4. Qual o número de trabalhadores remunerados da entidade que representa?

Nenhum

1 a 5

6 a 10

11 a 20

Mais de 20

5. Têm em implementação projetos financiados por entidades externas?

Sim, fundos públicos e/ou comunitários

Sim, outros fundos

Não

6. Indique o âmbito territorial de atuação da entidade que representa:

Local

Regional

Nacional

[se assinalou “Local” na questão anterior]

6.1 A entidade que representa desenvolve atividades num município que promove atualmente um Plano Municipal de Integração de Migrantes?

Sim

Não

7. Indique o distrito onde se localiza a entidade que representa:

_____ [resposta de texto]

ANEXO - QUESTIONÁRIO

B - CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO NO PLANO

8. Como teve conhecimento do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM)?

- Após a apresentação por parte do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.)
- Através do convite para preenchimento deste questionário
- Através da comunicação social
- Através de fóruns de discussão sobre migrações
- Através de entidades públicas/órgãos do governo
- Através de outras instituições/associações
- Outro. Qual? [opção de texto obrigatória]

9. Quando teve conhecimento do PNIPGM?

- Há menos de 2 meses
- Entre 2 e 6 meses
- Entre 6 meses e 1 ano
- Há mais de 1 ano

10. Considerando o período desde Agosto de 2019 até à data de preenchimento deste questionário, considera que a entidade que representa tem contribuído para algum dos objetivos do PNIPGM?

- Sim
- Não

ANEXO - QUESTIONÁRIO

[Caso tenha respondido ' sim ']:

11. Tendo em vista os objetivos do Plano abaixo listados, indique para qual/quais considera que a entidade que representa contribui/contribuiu:

- () Objetivo 1 “Recolher e utilizar informação precisa e discriminada para definição de políticas assentes em dados concretos”
- () Objetivo 2 “Minimizar os fatores adversos e estruturais que forçam as pessoas a abandonar o seu país de origem”
- () Objetivo 3 “Providenciar informação rigorosa e atualizada em todas as etapas de migração”
- () Objetivo 4 “Assegurar que todos os migrantes dispõem de prova de identidade legal e documentação adequada”
- () Objetivo 5 “Aumentar a disponibilidade e a flexibilidade de rotas para migração regular”
- () Objetivo 6 “Facilitar o recrutamento justo e ético e salvaguardar condições que garantam um trabalho digno”
- () Objetivo 7 “Enfrentar e reduzir vulnerabilidades na migração”
- () Objetivo 8 “Salvar vidas e empreender esforços internacionais coordenados relativamente a migrantes desaparecidos”
- () Objetivo 9 “Reforçar a resposta transnacional ao auxílio à imigração ilegal”
- () Objetivo 10 “Prevenir, combater e erradicar o tráfico de pessoas no contexto da migração internacional”
- () Objetivo 11 “Gerir fronteiras de forma integrada, segura e coordenada”
- () Objetivo 12 “Reforçar a segurança e previsibilidade na triagem, avaliação e encaminhamento de processos de migração”
- () Objetivo 13 “Recorrer à detenção de migrantes apenas como medida de último recurso e trabalhar no sentido de encontrar medidas alternativas”
- () Objetivo 14 “Reforçar a proteção, assistência e cooperação consulares ao longo do ciclo migratório”

ANEXO - QUESTIONÁRIO

- () Objetivo 15 “Providenciar o acesso a serviços básicos aos migrantes”
- () Objetivo 16 “Capacitar os migrantes e as sociedades para alcançar uma inclusão e coesão social plenas”
- () Objetivo 17 “Eliminar todas as formas de discriminação e promover um discurso público baseado em factos concretos na construção de perceções acerca da migração”
- () Objetivo 18 “Investir no desenvolvimento de competências e facilitar o reconhecimento mútuo de aptidões, qualificações e capacidades”
- () Objetivo 19 “Criar condições para que os migrantes e as diásporas contribuam plenamente para o desenvolvimento sustentável em todos os países”
- () Objetivo 20 “Promover uma transferência de remessas mais rápida, segura e económica, e fomentar a inclusão financeira dos migrantes”
- () Objetivo 21 “Cooperar para uma facilitação do regresso e readmissão, seguros e dignos, e para uma reintegração sustentável”
- () Objetivo 22 “Estabelecer mecanismos para a portabilidade dos direitos à segurança social e dos benefícios adquiridos”
- () Objetivo 23 “Fortalecer a cooperação internacional e as parcerias globais para a migração segura, organizada e regular”

[Caso tenha selecionado pelo menos 1 objetivo, passa-se para a seguinte questão, relativa a cada objetivo selecionado]:

11.1: Liste a(s) atividade(s) que a sua associação/organização desenvolve para o cumprimento deste(s) objetivo(s) (considerando as mais relevantes até um máximo de 5)

Objetivo XX _____

[resposta de texto]

ANEXO - QUESTIONÁRIO

[Caso tenha respondido ' Não ' na Q 10]

12. Selecione a opção que mais se adequa:

- Desenvolvemos atividades nesse sentido mas não obtivemos resultados relevantes para os objetivos do Plano.
- Os objetivos do plano não se inserem no âmbito de trabalho da organização/associação.
- Entendemos que o Plano é relevante mas não preparámos atividades nesse sentido devido a limitação de recursos (financeiros, humanos, desconhecimento sobre o tema, etc).
- Não compreendemos os objetivos do plano ou como podemos contribuir para o mesmo.
- Devido ao impacto da pandemia COVID-19 não nos foi possível desenvolver trabalho neste sentido.
- Outra situação. Qual? _____ [opção de texto obrigatória]

C - PERCEÇÕES GERAIS SOBRE o PACTO GLOBAL PARA AS MIGRAÇÕES

13. Que aspectos positivos associa à definição dos objetivos do PGM? (máximo 500 caracteres)

14. Que lacunas ou falhas associa à definição dos objetivos do PGM? (máximo 500 caracteres)

15. Que medidas positivas e com impacto associa à execução nacional dos objetivos do PGM? (máximo 500 caracteres)

16. Que dificuldades ou obstáculos associa à execução nacional do objetivos do PGM? (máximo 500 caracteres)

ANEXO - QUESTIONÁRIO

17. Classifique a seguinte lista de sugestões por grau de relevância, tendo em vista a melhoria do PNIPGM e da sua implementação

Muito relevante Relevante Indiferente Pouco relevante Irrelevante

Não sei / Não respondo

Divulgação do PNIPGM e dos seus objetivos

Definição de instrumentos para a monitorização e avaliação do PNIPGM

Comunicação do progresso de implementação do PNIPGM

Facilitação da participação da sociedade civil no PNIPGM

Divulgação dos contributos da sociedade civil para o PNIPGM

D - RECOMENDAÇÕES

18. Por favor sugira recomendações tendo em vista a produção e melhor implementação de futuros documentos estratégicos: (máximo de 2000 caracteres)

Organização Internacional para as Migrações

Morada:

Rua das Pedras Negras 16 – 1º andar
1100 - 403 Lisbon – Portugal

Contactos:

+351 21 324 29 40

iomlisbon@iom.int

